

## 1- Introdução

Durante o período em que fui editora de Economia do Jornal do Brasil, entre junho de 2003 e agosto de 2004, um fato começou a chamar minha atenção. Fazia parte da rotina do cargo o contato direto e freqüente com ministros, diretores do Banco Central, presidente de entidades empresariais, políticos e economistas de grande renome. E nessas reuniões, ao lado da eterna discussão sobre taxa de juro, câmbio, balança comercial, gastos públicos e reformas, começava a se tornar recorrente uma expressão que não fazia parte desse universo: fogo amigo, as críticas vindas dos membros do governo ou do partido contra os próprios companheiros de equipe.

Era o início do governo Lula e o fenômeno começava a se destacar, mas sempre aparecia no chamado *off* jornalístico, ou seja, na parte da conversa que não seria publicada, mas ajudava a entender o que ocorria no governo. O tempo passou e o fogo amigo se manteve aceso, foi ganhando espaço na imprensa e se concentrando na área econômica, instigando minha atenção e curiosidade. No trajeto entre a redação da editoria de Economia e as aulas de Lingüística da PUC-RJ, decidi estudar o fogo amigo, àquela altura um fenômeno ainda restrito à análise dos observadores mais atentos. Estávamos em 2003 e a expressão ainda não tinha se tornado corriqueira na mídia e muito menos ocupado as manchetes, nem expressava a disputa escancarada entre ministros poderosos.

Nessa mesma época no JB, eu e a jornalista Sonia Araripe organizávamos mensalmente um debate com cinco economistas de diferentes tendências sobre um tema de nossa escolha, cuja síntese era publicada em duas páginas nobres da edição de domingo do jornal, numa seção intitulada Balanço Mensal. Dado ao volume do material a ser editado, o debate era sempre realizado com alguma antecedência e, invariavelmente, quando escolhíamos um assunto que não estava em pauta no momento, acontecia, na semana da publicação, um fato novo que levava aquele tema aos meios de comunicação e tornava nosso debate super atual ou “quente”, para usar a expressão comum da redação. Tínhamos muita sorte, era a nossa análise.

Essa mesma sorte parece ter se repetido comigo com a escolha do fogo amigo, mas dessa vez, confesso, minha reação não foi exatamente comemorar. De repente, o fenômeno lingüístico que tanto me intrigara e cuja importância, sutilezas e riqueza estratégica eu observara sozinha por tanto tempo, cresceu de tal forma que esteve quase diariamente nas manchetes dos jornais. E assim meu objeto de estudo, que de tão original precisava ser explicado para que as pessoas conseguissem entender que eu estava pesquisando, virou coisa óbvia, corriqueira, lugar-comum na imprensa. E ganhou proporções que eu não esperava.

Passada a decepção inicial, não posso negar a sorte de ter visto o fogo amigo que eu começara a observar desde os primeiros meses do governo Lula, se transformar numa verdadeira bomba atômica que sacudiu os alicerces da República. Se por um lado meu objeto de estudo deixou de ser tão exclusivo como gostaria meu ego, por outro, ganhou mais importância. E não perdeu sua riqueza como fenômeno lingüístico. Ao contrário, cresceu em exemplos e em diversidade.

Neste trabalho, pretendo analisar o fogo amigo ocorrido no governo Lula, enquanto um objeto lingüístico. Admitimos que na ocorrência política, o fogo amigo é um fenômeno lingüístico, presente em interações entre os agentes do poder e definido como ato de ameaça à face. Possui características próprias e a grande singularidade de se realizar por meio da mídia. Implica aquele “embaraço” de que fala Erving Goffman (1985), gerado quando um membro da equipe rompe o acordo da representação e critica publicamente companheiros que deveria apoiar, sem contudo deixar de fazer parte da equipe, sem deixar de pertencer ao grupo dos amigos. De acordo com Goffman, integrantes de uma equipe devem cooperar para manter uma dada impressão em público, protegendo-se mutuamente. Não são aceitas, pelo menos abertamente, divergências, desacordo público entre membros da equipe. O rótulo de fogo amigo se aplica a comportamentos discrepantes, isto é, aos que ameaçam o desempenho de uma equipe.

Em situação de fogo amigo, “amigos” se atacam como se fossem inimigos, sem deixar de ser “amigos”, de manter o *status* anterior. Logo uma primeira questão que se coloca é semântica: que tipo de amizade é possível em política? É possível fazer um fogo que seja amigo? Uma outra questão é como se organiza essa troca. Com quantos turnos se faz um fogo amigo? Como as pessoas respondem ao ataque? Uma questão mais pragmática é: que tipo de ato de ameaça é o fogo amigo? Se é uma crítica, ela se diferencia de outros tipos de crítica? Como? Que variáveis determinam

o grau de ameaça? São o Poder, Distância Social e Teor de imposição, como propõem Brown e Levinson? Que estratégias são utilizadas para atacar, contra-atacar, reparar? Há relação entre identidade de quem faz o fogo amigo e o tipo de estratégia utilizada?

É interessante lembrar que o Código de Conduta da Alta Administração Federal, que fixa regras de comportamento dos ocupantes de cargos público de alto escalão, proíbe as divergências públicas entre autoridades e também veta a expressão pública da opinião de uma autoridade sobre a honorabilidade e o desempenho funcional de um colega. Ou seja, aquilo que Goffman mapeou teoricamente como comportamento necessário à equipe e que o bom senso identifica como postura esperada de membros do governo, a burocracia transformou em lei e a prática política do governo PT ignorou.

A Comissão de Ética Pública recomenda ainda que as altas autoridades não opinem sobre temas que poderão vir a tratar no exercício da função, individualmente ou em colegiado. Enquadram-se nessa regra alguns dos temas freqüentes de fogo amigo, como os indicadores macroeconômicos, taxa de juros, o câmbio, o superávit primário<sup>1</sup>, e o padrão de TV digital. A comissão é subordinada ao presidente da República e só pode se pronunciar quando solicitada, geralmente pelo ofendido, ou se o tema for colocado em pauta por alguns dos seus integrantes. Na verdade, funciona com um juiz e segue a clássica regra de que a Justiça só age quando provocada. A apresentação de uma queixa formal à Comissão de Ética por qualquer um dos ofendidos pelo fogo amigo implicaria ao ofendido admitir que houve um ato de ameaça à face de alto teor de gravidade e geraria um fato novo de grande potencial para repercutir na imprensa, dando à ofensa sofrida uma nova e talvez até maior repercussão do que o fogo amigo original. Acreditamos que essa não será a resposta ao fogo amigo escolhida por nenhum dos personagens focalizados neste estudo.

O fato é que as especificidades do fogo amigo, como a de fundir as fronteiras entre amigo e inimigo, ocorrer num universo político que classicamente se caracteriza pela oposição entre estes dois pólos e se realizar publicamente com o reforço dos meios de comunicação de massa, mostram que ele é um ato complexo que talvez não seja suficientemente explicado pelo modelo de trabalho de face desenvolvido por

---

<sup>1</sup>De forma simplificada, o superávit primário pode ser entendido como a economia feita nos gastos do governo para pagar juros da dívida pública. O cálculo corresponde a receitas do governo menos as despesas, exceto os juros. O resultado é expresso em valores nominais moeda corrente (reais, no caso do Brasil) e em percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Brown e Levinson (1987). Logo, definir que tipo de ato é esse, mapear suas estratégias de realização, avaliando se é possível definir uma gramática específica de fogo amigo, é o principal objetivo desse estudo.

O trabalho ganha importância por agregar novos elementos aos estudos de polidez e trabalhos de face, decifrando um tipo específico e rico de interação linguística e por ter por objeto o discurso político, espaço por excelência de exercício da polidez e tema cuja compreensão é essencial. Além disso, trata-se de uma análise situada num contexto de fatos reais de inegável importância na história recente do país.

Como contribuição secundária, por não ser nosso objetivo central, a pesquisa ainda ajuda a entender o governo Lula que, independentemente de qualquer juízo de valor, é um marco na História do Brasil por representar a primeira vez que um partido dito de esquerda e um candidato de origem popular chegou ao poder. E documenta as divergências políticas e disputas internas que caracterizaram os primeiros meses da administração petista e só não devem entrar para História como sua principal marca do governo Lula porque, infelizmente, parece que esse título caberá às denúncias de corrupção.

A análise será concentrada sobre o fogo amigo que ocorreu no governo Lula – aqui entendido como grupo formado pelos ocupantes de cargos no Poder Executivo, pelos políticos de destaque no Partido dos Trabalhadores e nos partidos da base aliada – desde o início do governo, em janeiro de 2003 até abril de 2006, fase final da elaboração deste estudo, e foi (re) produzido na mídia, mais especificamente nos jornais impressos. Serão analisados os episódios mais significativos para fazer um inventário linguístico das falas de quem atira, de quem reage e devolve o tiro e identificar as características destes atos de ameaça à face na política.

Por integrar três temas complexos, a pesquisa se sustentará sobre o tripé essencial para compreender o fenômeno do fogo amigo: teoria de face, teoria política e teoria da comunicação. O pressuposto teórico será baseado nos estudos de Erving Goffman sobre os conceitos de equipe “grupo de indivíduos que cooperem com a encenação de uma rotina particular” (Goffman,1985) e de face, “o valor social que cada pessoa reivindica para si e está em constante negociação durante as interações linguísticas” (Goffman,1985). Também se apoiará na teoria de Brown e Levinson sobre polidez como um trabalho de face, visto estarmos assumindo que o fogo amigo, pelo teor crítico que carrega, é um ato de ameaça à face. Serão usados estudos sobre a política, desde o clássico “O Príncipe” de Maquiavel, pesquisas sobre a amizade, além das mais recentes análises sobre a comunicação de massa, notadamente o

chamado jornalismo político, como os trabalhos dos pesquisadores Wilson Gomes e Muniz Sodré.

No capítulo 1, buscamos os conceito de amizade e sua relação com a política e partimos para a noção de amigo no universo político e como ele se diferencia – se é que se diferencia – do amigo convencional. Buscamos ainda o conceito de equipe, elaborado por Goffman (1985), e o situamos no universo político para ser usado como um dos grandes fios condutores de todo o trabalho.

No capítulo 2, lançamos nosso foco sobre a questão da mídia, seu funcionamento, suas regras de produção de notícia e sua relação com a política. Não se trata de discutir teoria da comunicação, porque este não é objetivo deste trabalho. Pretendemos mostrar o relacionamento da mídia com a política e lançar luzes sob o processo pelo qual os meios de comunicação de massa se tornaram o grande espaço de realização da atividade política.

O capítulo 3 é dedicado à teoria da polidez, ao conceito de face baseado nos estudos de Goffman e os estudo de Brown e Levinson, os atos de ameaça à face e as estratégias lingüísticas essenciais para a compreensão do fogo amigo.

No capítulo 4, juntamos as três pontas desenvolvidas nos capítulos anteriores para chegar ao fogo amigo, um ato de ameaça à face, realizado entre amigos políticos e divulgado pelos meios de comunicação de massa. Com base nesses pressupostos, iniciamos a análise do *corpus* que será formado por entrevistas concedidas pelos integrantes do que vamos convencionar definir como equipe do governo Lula. Estão neste capítulo, Heloisa Helena e José Alencar, que se aproximam por terem sido pioneiros na realização do fogo amigo e também pelas motivações que conduziram seus ataques, a saber, a crise de identidade do partido e os compromissos de cada um com sua história pessoal.

No capítulo 5 analisamos a atuação dos outros integrantes do governo Lula selecionados para este estudo. Esse grupo também possui uma similaridade de motivação parra o fogo amigo, notadamente, disputa de poder e vaidade. Caracterizamos as interações de que participam com base no contexto político do momento da interação, seus desdobramentos e também pela influência da personalidade de cada um deles.

No capítulo 6, fazemos o inventário das estratégias identificadas nos episódios de fogo amigo analisados neste trabalho, organizando-as de acordo com os principais movimentos que identificamos as interações de fogo amigo: ataque, contra-ataque e resposta ao contra-ataque.

No capítulo 7, apresentamos as conclusões com respostas a algumas das perguntas que nortearam nossa pesquisa.

## 1.1 - Metodologia

Este estudo se baseia numa análise qualitativa de um *corpus* constituído de matérias publicadas nos maiores jornais do país durante o período de janeiro de 2003 a abril de 2006, produzindo um tipo de ato de ameaça à face que permita caracterizar a ocorrência de fogo amigo.

Não é objetivo desta pesquisa analisar o tratamento editorial dado pelos jornais ao assunto e nem fazer estudo comparativo do modo como o tema abordado nos diferentes veículos, visto não se tratar de um estudo de teoria da comunicação. O alvo são as realizações lingüísticas do fogo amigo e vamos nos ater a estudar aquilo que foi publicado, da forma como foi publicado, sobretudo as citações literais, partindo do princípio que os veículos de comunicação estão reproduzindo falas verdadeiras.

Vale observar que nenhuma das interações selecionadas para o *corpus* deste trabalho foi declarada totalmente inverídica pelo seu emissor. Houve apenas uma reportagem em que o autor negou ter pronunciado uma palavra ofensiva, sem contudo negar a ocorrência da interação. Foi no episódio em que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, foi parar nas páginas dos principais jornais do país por ter chamado o ministro do Planejamento, Guido Mantega, de “vagabundo”. Ainda assim, o exemplo foi mantido no estudo, pela sua relevância do ponto de vista da análise; pela possibilidade de a negação ter sido também uma estratégia de reparação – e como tal foi considerada – e pelo peso que a fala já havia adquirido ao ser reproduzida na imprensa.

A teoria da comunicação será utilizada apenas como base para compreensão do jornalismo político que serve de palco para o fogo amigo. Como se verá ao longo deste estudo, os meios de comunicação de massa se tornaram o grande espaço onde a política se realiza e, do ponto de vista desta pesquisa, serão vistos como meio e não como finalidade do estudo.

Como se verá no capítulo 3, dedicado à comunicação, os jornais impressos foram escolhidos como *corpus* por terem sido eles os veículos mais férteis à propagação do fogo amigo, tanto no primeiro momento, da fala em si, quanto do ponto de vista da repercussão. Diante da perecividade cada vez maior da informação, o jornal

impresso ainda é, mais do que a televisão, o rádio ou a internet, o meio capaz de tornar a informação mais duradoura. E essas algumas horas a mais e a sensação de perenidade que o texto impresso carrega ganham mais importância quando está se tratando de uma notícia indesejável, constrangedora, embaraçosa, como é o fogo amigo. É certo que não há jornal capaz de reproduzir a carga dramática de televisão e que, na internet, as informações se espalham como praga. Mas é verdade também que é muito mais fácil levar um jornal para alguém ler do que o vídeo de um telejornal e que, sobretudo no mundo dos políticos, o *status* de credibilidade da internet ainda não se iguala ao dos meios impressos, embora essa diferença esteja em contínuo processo de queda. Não bastasse tudo isso, foram os veículos impressos, por sua própria característica editorial mais voltada para a análise e contextualização das falas, que dedicaram maior espaço e importância ao fogo amigo.

A escolha das matérias e dos veículos foi quase aleatória, seguindo apenas o fato de se referirem ao tema e aos personagens de interesse deste trabalho; terem sido publicadas nos principais jornais do país, além é claro, da disponibilidade material. Não houve qualquer preocupação de ordem quantitativa em citar mais um ou outro veículo ou alternar sua utilização no estudo.

Como jornalista, contudo, também não posso fugir daquilo que sou e não nego que algum grau de edição houve de minha parte na hora de selecionar as matérias, sobretudo no que se refere a preferir, entre várias reportagens acerca do mesmo episódio publicadas em diferentes veículos, aquela que melhor representa o fenômeno que me dispus a estudar. Houve vários casos em que a mesma interação foi retratada em diversos veículos e apenas uma delas foi incluída no *corpus*, já que não houve a intenção de comparar a cobertura do fogo amigo nos diferentes jornais. No total, foram incluídas matérias dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* de todo o período que vai da posse do governo Lula, em janeiro de 2003 a abril de 2006. A seleção dos veículos é justificada por serem os principais jornais impressos do país com penetração nacional. Em menor proporção, aparecem ainda matérias do *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*, *Valor Econômico* e revista *Isto É Dinheiro*, em função de algumas reportagens desses veículos terem sido consideradas relevantes para este estudo. Assim foi por exemplo, com uma entrevista de José Alencar publicada simultaneamente pelo *Correio Braziliense* e *Estado de Minas* que, mesmo não sendo jornais de circulação nacional, acabaram tendo seu conteúdo difundido em todo o país porque geraram repercussão nos outros veículos. Da mesma forma, a inclusão da *Isto É* se deveu a uma entrevista importante do vice-

presidente. Já a presença de algum exemplo do *Valor Econômico* não é difícil de explicar, visto que o fogo amigo do governo Lula foi todo concentrado na discussão de temas econômicos. Ainda a título de ilustração – no sentido literal da palavra – incluímos no corpo do trabalho duas capas da revista *Veja*, cujos textos não chegaram a ser objeto de análise, uma vez que não reproduziam falas de fogo amigo.

Como não se trata de uma pesquisa quantitativa, não houve preocupação em contabilizar exatamente quantas matérias foram incluídas no *corpus*, até porque em todas elas foram avaliados trechos, aspas, falas que nem de longe refletem o vasto volume de textos jornalísticos lidos para fazer a seleção do *corpus*. Menos preocupação ainda existiu em avaliar qual o veículo foi mais citado no *corpus*, quantas matérias foram manchete, quais tinham fotos e outras variáveis não lingüísticas e, por isso mesmo, não consideradas nesta pesquisa.

A seleção dos personagens seguiu critério semelhante ao das reportagens: foram escolhidos os integrantes do governo, do PT e da base aliada que protagonizaram episódios de fogo amigo de maior repercussão, consequências políticas, inovação ou riqueza lingüística. Não foi tarefa difícil dada à multiplicidade de ocorrências registradas no período da análise, o que também justifica a impossibilidade de inclusão de todos os episódios de fogo amigo, já que, diferente do que parecia acontecer com as brigas internas no governo Lula, este trabalho precisava ser finalizado. Foram selecionados Heloisa Helena, José Alencar, Carlos Lessa, José Dirceu, Guido Mantega, Ricardo Berzoini, Luiz Fernando Furlan, Roberto Jefferson e Dilma Roussef e Gilberto Gil. O ministro Antônio Palocci, principal alvo de todo fogo amigo do governo, também aparece e tem várias de suas falas analisadas ao longo de todo o trabalho, não por ser originalmente um autor de fogo amigo, mas por sua forma de reagir a ele, todas carregadas de estratégias de polidez e trabalhos de face. Da mesma forma, mas como menor frequência, também aparecem algumas falas do presidente Lula, do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e do senador Aloizio Mercadante. A ordem de apresentação dos autores de fogo amigo seguiu critério cronológico, a partir de envolvimento no primeiro episódio selecionado. O objetivo foi facilitar a compreensão dos fatos seguindo a linha histórica em que ocorreram no governo. Não houve contudo uma rigidez com as datas de introdução do personagem, até porque, como foram estudados várias interações do mesmo político em datas crescentes, o personagem seguinte acabava retomando fatos anteriores àqueles que haviam sido tratados no anterior.

Por fim, o período pesquisado, janeiro de 2003 a abril de 2006, foi aquele compreendido entre a posse de Lula e a data mais distante possível ante a necessidade de cumprir os prazos acadêmicos. Essa necessidade explica a não ampliação da análise aos oito meses que faltaram para cobrir todo o primeiro governo Lula.